

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	1
Título: Ministros cantam hino em vídeo do 7 de Setembro	1
Título: Regulação e assimetria tributária	3
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	5
Título: Aras se aproximou do governo após destravar licitação de ferrovia	5
VEÍCULO: O Globo	7
Título: Governo vai parcelar arrecadação do megaleilão	7
Título: Bretas autoriza quebra de sigilo bancário de Jucá e Lobão	8

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 07/09/2019

Seção: Política

Autor: Mateus Vargas Tânia Monteiro / BRASÍLIA

Título: Ministros cantam hino em vídeo do 7 de Setembro

Gravação que deve ser apresentada em telão e divulgada nas redes sociais reuniu General Heleno, Moro e outros auxiliares

Para marcar o 7 de Setembro, além de esquadrilha da Fumaça e desfile militar, ministros do governo gravaram o Hino Nacional em vídeo que deve ser apresentado hoje em telão em cerimônia em Brasília e distribuído nas redes sociais. A equipe de comunicação do Planalto registrou a cantoria de cada ministro em seus gabinetes. O áudio de uma orquestra executando o hino deve ser inserido na edição final. O Estado apurou que a maioria dos 22 ministros aceitou cantar, como os generais Augusto Heleno (GSI), Luiz Eduardo Ramos (Secretaria de Governo) e o **almirante Bento Albuquerque (Minas e Energia)** e ainda o ministro Sérgio Moro (Justiça e Segurança Pública). As filmagens foram feitas nos últimos dias e os participantes mantiveram segredo em suas redes sociais. O Planalto não confirma se o presidente Jair Bolsonaro ou a primeira-dama, Michelle, também participam do vídeo que será exibido no evento de Brasília.

Convocação. Nesta semana, Bolsonaro convocou a população para ir de verde e amarelo aos desfiles do Dia da Independência. “Lembro que lá atrás um presidente falou isso e se deu mal. Mas não é o nosso caso”, disse ele, em referência a pedido similar de Fernando Collor, em 1992, que acabou impulsionando protestos para impeachment do então presidente. Após a crise ambiental na Amazônia, Bolsonaro disse que as comemorações devem ainda marcar posição do governo sobre defesa da soberania do País sobre a floresta. O governo adotou o “Vamos valorizar o que é nosso” como tema para as comemorações deste ano. Foi lançada ainda a Semana do Brasil, de 6 a 15 de setembro, que pretende estimular ações promocionais.

O Planalto divulgou que 4.680 lojistas no País aderiram ao evento nos moldes da “Black Friday”: a promessa é oferecer benefícios aos consumidores, seja por meio de descontos, isenções ou promoções. No segmento de shoppings, a previsão é de um aumento de 5% nas vendas. Bolsonaro desfilará de carro aberto a partir das 9h, quando começa o evento em Brasília. Segundo o Planalto, mais de 4,5 mil pessoas, sendo 3 mil militares das Forças Armadas, também devem se apresentar. O número de telões distribuídos pela Esplanada passou de três para dez neste ano.

Está prevista formação da “Pirâmide Humana” do Batalhão de Polícia do Exército de Brasília. O grupo bateu recorde mundial por ter acomodado 47 militares sobre uma única moto em movimento. A Esquadrilha da Fumaça fará o show acrobático no céu de Brasília para encerrar o desfile. O apresentador Silvio Santos, dono SBT, o bispo Edir Macedo, líder da Igreja Universal do Reino de Deus e dono da Record, o empresário Marcelo Carvalho, controlador da Rede TV, e Luciano Hang, dono das lojas Havan, estarão em Brasília ao lado do

presidente Bolsonaro. Estava previsto para ontem à noite um jantar entre Bolsonaro, Silvio Santos e Edir Macedo, no Palácio da Alvorada.

Hang esteve ontem no Planalto. Tirou selfies com funcionários e sentou ao lado de Bolsonaro e ministros durante evento para lançamento de carteira estudantil digital. O empresário vestia terno e sapatos com as cores da Bandeira Nacional. Depois participou de cerimônia reservada em lembrança do atentado a faca contra Bolsonaro, que completou ontem um ano. Ao Estado, Hang disse que resolveu se engajar na campanha de Bolsonaro no ano passado, mas que não tem pretensões eleitorais. Ele afirmou que o presidente está transformando o Brasil de um “país socialista, comunista, para um país capitalista”.

O empresário afirmou ainda que Bolsonaro acertou ao indicar o subprocurador Augusto Aras ao cargo de procurador-geral da República e que a interferência em órgãos como Receita Federal, Coaf e Polícia Federal não desidratam o combate à corrupção. “É difícil agradar gregos e troianos”, disse ele. Como o Estado mostrou, um forte de esquema de segurança foi preparado para o evento, nos mesmos moldes da posse em janeiro. Os convites distribuídos para as arquibancadas são nominais, algo inédito, e até mesmo “snipers” (atiradores de elite) estarão de prontidão em pontos estratégicos. O presidente chegará ao evento em carro aberto. A expectativa é que, ao contrário da posse, desta vez o vereador Carlos Bolsonaro não esteja no Rolls Royce. O filho “número 02” do presidente, porém, não será impedido de repetir seu ato caso assim deseje.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 07/09/2019

Seção: Opinião

Autor: Adriano Pires

Título: Regulação e assimetria tributária

No Brasil existe uma enorme demanda reprimida por investimentos em toda a nossa infraestrutura, levando a uma elevação sem precedentes do custo Brasil. Enquanto isso, o mundo apresenta grande liquidez, que procura mercados. Por que, então, não chega à economia brasileira o volume de recursos de que tanto precisamos, de novos investimentos em infraestrutura, os maiores geradores de empregos? Duas respostas: a primeira é a existência de uma regulação que tem gerado muito ruído. E, como sabemos, não existe animal mais selvagem que o investidor. Qualquer ruído, ele sai correndo.

A segunda resposta seria a nossa assimetria tributária e as questões trabalhistas. Tomemos como exemplo a regulação proposta pela Agência

Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) para o segmento de downstream. Em vez de tratar de questões estruturais que permitirão ou não o sucesso da abertura deste mercado, a agência tem se debruçado em questões regulatórias secundárias, como a venda direta de etanol da usina aos postos revendedores, tutela à bandeira e venda dos Transportadores Revendedores Retalhistas de gasolina para os postos. E quais seriam as questões regulatórias que a ANP deveria levar para discussão no mercado?

Primeiro, as consequências que a venda de refinarias pela Petrobrás poderá trazer ao mercado. A Petrobrás assinou um Termo de Compromisso de Cessação com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) em que se compromete a vender metade da sua capacidade de refino no País. Mas a venda de refinarias traz a ameaça de criação de monopólios regionais. Por quê? Na medida em que não temos infraestrutura de dutos e o transporte é feito por caminhões, a concorrência entre refinarias como as de Pernambuco e da Bahia inexistente.

Quem garantirá a concorrência com as refinarias serão os importadores. E para que os importadores possam concorrer será preciso que as refinarias pratiquem o preço de paridade internacional. Um desafio tanto para a ANP quanto para o Cade. Como garantir que não haverá a prática de dumping pelas refinarias? Outra questão importante quanto às refinarias é rever o sistema atual, em que essas empresas exercem o papel de substitutas tributárias. Caso esse regime seja mantido, corremos o risco de evasão tributária. Ainda no contexto regulatório, a ANP, junto com os governos estaduais, precisa estabelecer mecanismos, resoluções e mesmo leis estaduais capazes de combater a sonegação.

Se a preocupação é com a concorrência, nada mais efetivo que o combate à sonegação, que promove uma concorrência desleal com o dinheiro do contribuinte. Hoje, o montante sonegado é de R\$ 7,2 bilhões/ano. É evidente que o sucesso do combate à sonegação está diretamente ligado à aprovação da reforma tributária, cuja meta deve ser reduzir a assimetria tributária. Torçamos para que o Congresso tenha com esta reforma o êxito obtido na da Previdência. Contudo, não será fácil mudar tributos em plena crise fiscal. O risco seria a elevação da carga tributária. Mas algum sinal precisa ser dado, e o ideal seria implantar um regime tributário monofásico no setor de combustíveis.

O último ponto é a criação de uma regulação que incentive investimentos em logística de transporte de combustíveis e de gás. A construção de dutos de combustíveis reduziria os preços desses produtos e geraria empregos no curto prazo. Mas a discrepância entre o acordado ex-ante e o realizado ex-post afeta significativamente as decisões de investimentos e é um empecilho para a expansão da infraestrutura. O compromisso e a segurança jurídica emanados

dos dispositivos legais e das instituições representam a garantia contra o oportunismo e a inconsistência temporal.

Portanto, um comprometimento deve carregar credibilidade para se tornar efetivo. Diante destas questões, a regulação deve contemplar um balanço satisfatório das demandas dos consumidores e dos interesses dos investidores. Por um lado, este balanço deve limitar o poder discricionário dos reguladores e a intervenção de outras esferas do próprio governo. Por outro, deve assegurar mecanismos de promoção da eficiência produtiva que coíbam o exercício do poder de mercado.

DIRETOR DO CENTRO BRASILEIRO DE INFRAESTRUTURA (CBIE)

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 07/09/2019

Seção: Poder

Autor: Reynaldo Turolo Jr. e Fábio Fabrin

Título: Aras se aproximou do governo após destravar licitação de ferrovia

Discurso desenvolvimentista de escolhido para a PGR agradou a Bolsonaro, mas preocupa colegas

Brasília- Indicado por Jair Bolsonaro (PSL) para assumir a Procuradoria-Geral da República, o subprocurador-geral Augusto Aras, 60, se aproximou do governo em março ao liberar a licitação do tramo central da Ferrovia Norte-Sul, que um mês antes recomendara suspender.

Aras coordena, na gestão da atual procuradora-geral, Raquel Dodge, a 3ª câmara do MPF (Ministério Público Federal), que trata de matéria econômica. O mandato de Dodge termina no próximo dia 17. Antes de ser nomeado, Aras precisa ser sabatinado e aprovado pelo Senado.

Em março, o subprocurador-geral assinou um protocolo de entendimento com o ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, que permitiu o avanço da subconcessão do trecho da ferrovia localizado entre Porto Nacional (TO) e Estrela d'Oeste (SP).

Em abril, ao se lançar candidato à PGR, Aras destacou o bom relacionamento com Freitas, que passou a apoiá-lo.

“Nós conseguimos uma grande vitória para o povo brasileiro, através do governo, que foi a lavratura de um termo de compromisso com o Ministério da Infraestrutura, com o ministro Tarcísio Freitas. Comisso, todos os procuradores,

sob minha coordenação, demos um passo importantíssimo que foi a construção de um marco regulatório do setor ferroviário”, disse à Folha na ocasião.

“O MPF pôde não somente contribuir para a realização do leilão da Ferrovia Norte-Sul, onde o governo recebeu um ágio de R\$ 1 bilhão, e, mais que isso, a presença do MPF no setor ferroviário reduz drasticamente o custo Brasil, dando a segurança jurídica de que necessitam os grandes empresários do setor para virem investir em todo o sistema ferroviário”, afirmou.

O trecho liberado estava na lista de concessões que preocupavam a Procuradoria desde 2017, quando começou um programa do governo federal de renovação antecipada de concessões de ferrovias. O órgão temia a concentração das operações nas mãos de poucas empresas.

Em fevereiro, o próprio Aras recomendou formalmente ao Ministério da Infraestrutura e a ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) que suspendessem a licitação do tramo central da Norte-Sul. Em resposta, o ministro Freitas apresentou seus argumentos defendendo a concessão.

No mês seguinte, houve o acordo incluindo um ponto considerado central pelo MPF: o direito de passagem por outros usuários além da concessionária.

Segundo o secretário-executivo da 3a câmara, Carlos Alberto Lima, o órgão liberou o prosseguimento da licitação aceitando acompanhar a execução do contrato, para, no futuro, garantir o direito de passagem, já que hoje ainda não há demanda de cargas para isso.

Nos encontros que manteve com Bolsonaro até ser indicado, incluindo o do último sábado (31), um dos assuntos mais abordados foi a disposição de Aras de destravar projetos de infraestrutura, segundo interlocutores do procurador.

Aras se define como desenvolvimentista, discurso que agradou ao governo Bolsonaro e deixou em alerta alguns de seus pares na Procuradoria, que temem ações ou omissões que possibilitem ao governo tratorar regras ambientais e direitos de comunidades indígenas.

“Não podemos ignorar que proteção das minorias, inclusive indígenas, passa por interesses econômicos relevantes, internos e externos. Não podemos ignorar que nossas reservas indígenas têm minerais estratégicos”, disse Aras na entrevista de abril, ecoando teorias vivas nos meios militares sobre um suposto risco à soberania do Brasil na Amazônia.

“Eu defendo a ideia de que nós tenhamos uma avaliação, no que diz respeito ao meio ambiente e à cultura indígena, não radicalizada, destituída de ideologização de natureza política ou mesmo de natureza econômica externa,

que é o que vemos hoje. A Amazônia tem 95% de todas as ONGs do Brasil. Será que o resto do Brasil não merece o mesmo cuidado das ONGs?”

Colegas ponderam que Aras costumava ter atuação moderada. Em 2013, por exemplo, ele recorreu de uma decisão do STJ (Superior Tribunal de Justiça) que havia permitido a continuidade de estudos de viabilidade para o Complexo Hidrelétrico do Tapajós, na região do médio e alto rio Tapajós, em Mato Grosso.

O subprocurador sustentou ao próprio STJ que os índios da região não tinham sido consultados, contrariando a Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), ratificada pelo Brasil.

“Além de flagrante desrespeito aos direitos fundamentais assegurados aos indígenas pela Constituição da República, o procedimento adotado pela União, pela Aneel [agência de energia elétrica] e pelo Ibama contraria a Convenção 169 da OIT, sujeitando o Estado brasileiro a sanções da Corte Interamericana de Direitos Humanos”, argumentou Aras.

-

VEÍCULO: O Globo

Data: 07/09/2019

Seção: Economia

Autor: Manoel Ventura

Título: Governo vai parcelar arrecadação do megaleilão

Repasse a estados e municípios devem ser feitos este ano, mas vencedores poderão pagar até R\$ 35,79 bi em 2020

O governo decidiu parcelar o pagamento da arrecadação com o megaleilão de petróleo marcado para novembro. Resolução publicada em edição extra do Diário Oficial da União, ontem, determina que R\$ 70,77 bilhões serão pagos neste ano. Outros R\$ 35,79 bilhões serão recebidos em 2020. O edital com os termos do leilão foi publicado ontem.

A arrecadação do leilão será dividida com estados e municípios. A Petrobras também receberá uma parcela do montante arrecadado no certame. A transferência para a estatal e governos regionais será toda feita neste ano, segundo uma fonte. Com isso, todo o valor arrecadado no próximo ano ficará para o governo federal.

Em nota, o **Ministério de Minas e Energia** informou que a medida foi tomada para incentivar o aumento da atratividade do leilão previsto para o dia 6 de novembro.

“O parcelamento do bônus de assinatura deve proporcionar ganhos de liquidez no mercado, ampliando o espectro de negociação das empresas junto às instituições financeiras, sem reduzir o valor auferido pelo poder público”, considerou o ministério, em nota.

Nesta semana, o Senado aprovou proposta de emenda à Constituição (PEC) que permite a divisão dos valores para estados e municípios e autoriza o pagamento à Petrobras. O texto definiu um critério mais vantajoso para o Rio de Janeiro, que receberá no total R\$ 2,5 bilhões. O leilão vai ofertar blocos de exploração de petróleo na costa fluminense.

A previsão é de arrecadação de R\$ 106,5 bilhões. A Petrobras terá direito a R\$ 33,69 bilhões. Estados e municípios vão dividir R\$ 21,85 bilhões. As transferências serão feitas ainda neste ano, segundo fontes. A União ficará com R\$ 48,82 bilhões — sendo R\$ 13 bilhões neste ano e R\$ 35,79 em 2020. O Ministério da Economia diz que usará o dinheiro para reduzir o rombo nas contas públicas.

VEÍCULO: O Globo

Data: 07/09/2019

Seção: O País

Autor: VINICIUS SASSINE BRASÍLIA

Título: Bretas autoriza quebra de sigilo bancário de Jucá e Lobão

Sem mandatos, os ex-senadores do MDB perderam o foro privilegiado; juiz acolheu pedido feito pelo Ministério Público Federal

O juiz federal Marcelo Bretas, responsável pela Lava-Jato no Rio, determinou a quebra do sigilo bancário dos ex-senadores Romero Jucá (MDB-RR) e Edison Lobão (MDB-MA), além de 27 pessoas e empresas ligadas aos ex-parlamentares. Bretas acolheu pedido do Ministério Público Federal (MPF).

Jucá é o presidente nacional do MDB. Foi ministro do Planejamento no governo de Michel Temer e líder do governo no Senado. Lobão foi **ministro de Minas e Energia** nos governos de Lula e Dilma Rousseff. Ex-caciques da política nacional, e hoje esvaziados, sem poder de decisão e cargos, Jucá e Lobão passaram a ser alvos de diversos inquéritos da Lava-Jato. Os dois são suspeitos de recebimento de propina em grandes obras de infraestrutura, como a usina nuclear Angra 3, no Rio, e a usina hidrelétrica Belo Monte, no Pará. Até agora, os dois vêm conseguindo escapar de medidas mais drásticas da Justiça, como uma prisão temporária ou preventiva.

Sem mandato, os ex-senadores perderam o foro privilegiado, que garantia que seus

processos tramitassem junto ao Supremo Tribunal Federal (STF). Em abril, o ministro Edson Fachin, relator da Lava-Jato, mandou o inquérito para as mãos de Bretas.

Advogado de Jucá, Fábio Medina Osório disse que o presidente do MDB “está à disposição da Justiça para cooperar e não tem contra si nenhum elemento que corrobore a delação”. “Suas movimentações financeiras são transparentes.” Medina também defende Lobão. Segundo ele, as delações envolvendo o ex-senador e o irmão Márcio Lobão “carecem de elementos de corroboração”. “A quebra de sigilo, tal como determinado pelo Judiciário, é positiva, pois comprovará a lisura das movimentações financeiras dos investigados, os quais estão cooperando com a Justiça para os esclarecimentos’.

MME / ASCOM .